

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA NO IFRN CAMPUS CAICÓ: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

Débora Suzane de Araújo Faria (1) Pedagoga - IFRN – debora.faria@ifrn.edu.br

João Batista Lucena (2) – Tecnólogo – IFRN - joao.batista.lucena@gmail.com

Resumo

O Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNE, busca oportunizar a inclusão dos estudantes na Licenciatura. Tal núcleo tem por finalidade fomentar e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão dos Institutos Federais. A Lei nº 13.409/2016 dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Baseado no texto de Lei, o *Campus Caicó* passou a ofertar vagas para pessoas com deficiência em todos os cursos técnicos de nível médio integrado, subsequente, cursos superiores de Licenciatura e Tecnologias. Nesse contexto, no curso de Licenciatura em Física foram aprovados 03 estudantes com deficiência física, necessitando que sejam promovidas condições necessárias à permanência destes nessa Instituição. Um dos estudantes, além da deficiência física de membros inferiores, possui deficiência intelectual. O referido aluno apresentou déficit de aprendizagem. Nesse sentido, foi planejada ação pedagógica para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do estudante, conforme será descrito: atendimento individualizado por docentes e encaminhamento do aluno para acompanhamento multiprofissional com a equipe de psicóloga, pedagoga e assistentes sociais; visita domiciliar ao estudante, objetivando conhecer suas condições de vida, proporcionando uma maior aproximação com a realidade sócio familiar; encaminhamento de requerimento de acessibilidade à gestão do *Campus*. Diante das ações realizadas, o estudante está acompanhando o curso e se socializando com os colegas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Deficiência Física; NAPNE.

Introdução

As discussões em torno dos direitos da pessoa com deficiência se iniciam no século XX, se criando a concepção de que ao invés de confiná-lo, as instituições deveriam prepará-los para a reinserção e a integração na vida em sociedade. Essas mudanças de concepções colocam em evidência o fato de que não são as pessoas com deficiência que deverão se adequar à vida social, mas a sociedade é que deve procurar



10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

fornecer a esses serviços públicos como hospitais e escolas que procurem lhes dar acesso a uma formação salutar, cultural e social.

Atualmente, a política educacional brasileira estabelece que a educação inclusiva é a mais adequada estrutura de educação que objetiva acolher a diversidade dos estudantes e superar as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem na escola.

Os estudantes com necessidades educacionais especiais - NEEs se incluirão nesse processo educativo. Contudo, o principal desafio para incluir esses estudantes em uma instituição verdadeiramente inclusiva parte, inicialmente, da transformação de sua cultura, das concepções dos gestores, do corpo docente e discente sobre o que seja educação especial.

Esse trabalho tem o objetivo geral de analisar as ações do NAPNE em relação aos alunos com deficiência matriculados no curso de Licenciatura em Física do IFRN *Campus* Caicó, à luz da fundamentação teórica pertinente à área. Elencamos os seguintes objetivos específicos: analisar as características das deficiências intelectual e física; especificar os procedimentos metodológicos usados para o acompanhamento à pessoa com deficiência no IFRN- *Campus* Caicó.

Por meio da pesquisa qualitativa se pôde realizar as seguintes etapas: a observação, a descrição, a compreensão, o significado, e, por último, a descoberta. Nessa metodologia se relacionam o ambiente (a fonte dos dados); o investigador (instrumentalizador da pesquisa) e o objeto da pesquisa (o caso, a situação ou fenômeno).

Na primeira seção do trabalho se apresenta a introdução. A segunda seção trata da discussão teórica sobre o assunto em questão. A terceira seção aborda os resultados alcançados sobre a inclusão do aluno com deficiência no IFRN *Campus* Caicó, matriculado no curso de Licenciatura em Física no período letivo 2018.1. A quarta seção dá as contribuições finais da pesquisa.

Discussão Teórica

Por meio da Constituição Federal, que traz insculpidos os princípios de igualdade e oferta de educação para todos, a Educação Especial passa a ter novos contornos (BRASIL, 2008). Os ideais da Constituição, baseadas no iluminismo e na Revolução Francesa, trazem para o campo político e democrático, conceitos de igualdade, de acesso aos bens culturais, da tolerância e respeito com o outro, da preservação dos direitos, de cidadão e cidadania. As classes que formaram – e ainda hoje formam – as minorias sociais puderam ver despontar a esperança de serem reconhecidas de forma factual. Nesse campo conceitual e prático, as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas legalmente como iguais em direito a todas os outros cidadãos; são reconhecidas como verdadeiros cidadãos e sujeitos de direito.

Sendo a Educação um direito de todos, sem exceção, e um dever do Estado, ela se torna para todos um direito público subjetivo, isto é, um direito inerente à pessoa humana somente porque ela é humana. Não se há de falar em exclusão, mas sim de cada vez mais incluir a todos no processo educativo sistemático, pois na lógica da igualdade, como valor, não pode haver segregações.

Imbuído de tais princípios legais, em 1994, o Brasil participa da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, e assume o compromisso de que, até o ano de 2015, garantirá o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental, de forma gratuita e obrigatória (POKER *et al.*, 2013). Tal compromisso inebria o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A LDB 9.394/96, no seu desejo de incluir a todos dentro do processo educativo, dedica o Capítulo V a Educação Especial, definindo-a como uma modalidade educacional (BRASIL, 2018). Era um passo inédito, pela primeira vez, fala-se em

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

Educação Especial em rede regulares de ensino. Foi, portanto, a partir da LDB, a

Educação Especial tomou os contornos que hoje apresenta, sendo assim definida: “Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2018).

Esse conceito traz algumas novidades: primeiro, a Educação Especial é uma modalidade escolar, que não está circunscrita a uma etapa, mas abrange toda a educação; a Educação Especial deve ser ministrada para alunos na rede regular; e, as antigas salas especiais dão lugar ao Atendimento Educacional Especializado, que será ministrado como suporte para o aluno que frequenta a sala regular.

O público alvo também se alarga, devendo ser atendidos na Educação Especial:

1. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. (BRASIL, 2008; 2010, 2018; POKER *et al.*, 2013).

A educação inclusiva se baseia no direito de todos – crianças, jovens e adultos – a receberem uma educação de qualidade que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas (FAVERO *et al.*, 2009). Nessa perspectiva, os sistemas educacionais passam, a enfrentar o desafio de construir uma pedagogia centrada no aluno, capaz de educar a todos, sem exceção (POKER *et al.*, 2013; MANTOAN, 2010). Portanto, quando se fala em Educação Inclusiva referencia-se uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008). O texto diretriz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, assim a define:

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na “concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 01).

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

Portanto, uma escola não pode ser inclusiva enquanto não gerar espaços de convivência e aprendizagem para todos os grupos e/ou indivíduos que foram segregados durante a história educacional da humanidade (VIEIRA, 2013). Consequentemente, a Educação Especial busca realizar a inclusão das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidade, não apenas inserindo-os dentro da regularidade da escola, mas trazendo-as para o convívio e para uma vivência frutuosa de aprendizagens (MANTOAN, 2013).

Infelizmente, a prática social educativa no Brasil, por fatores vários, ainda não consegue se mostrar como uma prática verdadeiramente inclusiva. Têm-se abertura das instituições escolares para receber alunos e matriculá-los. Os alunos são matriculados e permanecem nas salas de aula regular, contudo, muitas vezes, a inclusão é entendida apenas como inserção.

Resultados alcançados

O Programa Tecnologia - TEC NEP visa, então, expandir a oferta da educação profissional para pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Associando-se ao TECNEP e em parceria com a Secretaria de Educação Especial - SEESP, cria-se no IFRN - *Campus* Natal Central o Núcleo de Inclusão, que em 2004 consolidou-se enquanto Núcleo de Pesquisa, integrante da Diretoria de Pesquisa e, dimensionado para a Pró-reitora de Pesquisa e Inovação – PROPI (PPP, 2012). Nesse ínterim, as ações do referido Núcleo estiveram voltadas para a promoção de ambiente físico, pedagógico, psicológico e social satisfatório aos estudantes, encaminhando-os para as diversas ofertas de cursos no *Campus* Natal Central. Caracterizadas as dificuldades, procurou-se dar assistência aos alunos ajustando-se os processos de seleção de cursos e inserindo a disciplina de Educação Especial no currículo dos cursos das Licenciaturas. O reconhecimento da importância e atuação do Núcleo de Inclusão para o IFRN se tornou restrito ao *Campus* Natal – Central, sendo

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

preciso assumir novos desafios para incluir as pessoas com necessidades

especiais a partir da expansão da Rede Federal de educação tecnológica.

Visando implementar ações direcionadas para as pessoas com necessidades especiais, a Rede Federal cria os Núcleos de Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNE, que tem como objetivo principal criar “na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a queda das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais”.

Amparando-se na Lei de Cotas nº 13.409/2016 o *Campus* Caicó recebeu 03 (três) estudantes com deficiência aprovados no processo seletivo 2018.1, para o curso de Licenciatura em Física, via edital nº 39/2017. Destes estudantes, será analisado a pessoa com deficiência física e intelectual, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Estudante com deficiência física e intelectual

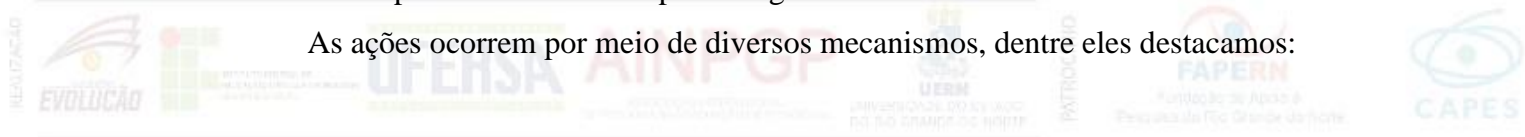
ESTUDANTE	CURSO	TIPO DE DEFICIÊNCIA	LAUDO MÉDICO
DF e I	Física	Física – cadeirante	Deficiente de membros inferiores
		Intelectual	Atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor, dificuldade na fala e déficit cognitivo. Necessidade de um tempo maior para fazer as atividades; Necessidade de realizar um avaliação diferenciada, considerando as limitações do aluno.

Fonte: arquivo do NAPNE (2018).

Considerando o discente com deficiência enquanto sujeito das ações a serem realizadas pela equipe do NAPNE, torna-se necessário compreendê-lo em sua totalidade e, ao mesmo tempo, como um sujeito singular, o que permite uma visão mais compreensiva de suas particularidades existenciais.

Para tanto, o trabalho realizado pela equipe do NAPNE visa assegurar ao estudante a permanência na escola, contribuindo na resolução de conflitos que interferem no processo de ensino/aprendizagem.

As ações ocorrem por meio de diversos mecanismos, dentre eles destacamos:



10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

Atendimento individualizado por docente: o estudante é acompanhado por professora de Língua Portuguesa;

Encaminhamento do aluno para acompanhamento multiprofissional com a equipe de psicóloga, pedagoga e assistentes sociais: foi feita visita domiciliar ao aluno com o objetivo de conhecer suas condições de vida, proporcionando uma maior aproximação com a realidade sócio familiar. Com os dados obtidos nessa visita, o aluno passou a ter direito a auxílio transporte para frequentar, nas quartas-feiras, a sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE de Escola Estadual do Município de Caicó; Encaminhamento de requerimento de recursos de acessibilidade à gestão do *Campus*, solicitando material e serviços conforme especificados nos quadros 1 e 2:

Quadro 1 – Requerimento de material

ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
01	Cadeira de rodas	02
02	Cadeira de rodas de banho	02
03	Mesa escolar acessível para pessoa em cadeira de rodas	05

Fonte: Documentos do NAPNE, 2018.

Quadro 2 – Requerimento de serviços

ITEM	SERVIÇOS
01	Nivelar o acesso às salas de aula e setores administrativos;
02	Retirar as molas das portas das salas;
03	Chuveiro no banheiro masculino da pessoa com deficiência;
04	Placas indicativas que orientem as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes dentro do <i>campus</i> ;
05	Acessibilidade da piscina;
06	Adequação do veículo <i>Transit</i> .

Fonte: Documentos do NAPNE, 2018.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Campus Avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia
De 27 a 30 de novembro de 2018

✉ xfiped@gmail.com

🌐 <http://ainpgp.org/fiped/x/>

Considerações Finais

O trabalho da equipe do NAPNE é de suma importância no âmbito das relações interpessoais entre profissionais com visões diferenciadas e capacidades técnicas específicas. A soma e partilha dos conhecimentos e habilidades de cada área (Pedagogia, Serviço Social e Psicologia) do campus *Caicó* vem contribuindo não somente para o desenvolvimento acadêmico dos alunos deficientes, mas sobretudo para o crescimento pessoal dos mesmos, enquanto indivíduos inseridos em uma sociedade diversa e repleta de desafios.

Contudo, embora as políticas do governo estipulem que todos os *Campi* possuam o NAPNE e, por isso, sejam contemplados com salas multifuncionais para auxiliar na formação dos alunos com NEEs, disponibilizando recursos para que esses alunos recebam o suporte necessário para a obtenção de sua formação, o *Campus Caicó* ainda está longe dessa realidade.

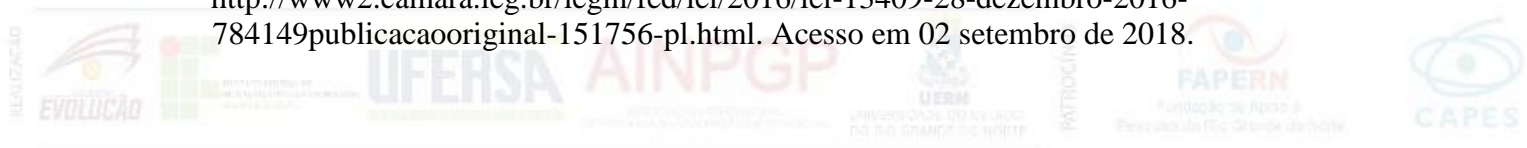
Assim, apesar de algumas ações estarem sendo implementadas ainda se tem muito por fazer para que a instituição seja realmente considerada inclusiva.

Essa pesquisa ajudou-nos a perceber que a instituição está imbuída para aceitar as diferenças. Por fim, acredita-se que a educação desses sujeitos será possível no momento em que, por meio das instituições profissionalizantes, mostrarmos que esse caminho é viável. Esse é o caminho que uma instituição deve trilhar para se tornar inclusiva, assumir os desafios e as responsabilidades, buscando um direcionamento eficaz e seguro para dar a todos os alunos, e em especial àqueles que apresentam necessidades educacionais específicas, o acolhimento e o atendimento que tem direito.

Referências

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humano, 2. ed., 1997.

BRASIL. Lei nº 13.409/2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149publicacaooriginal-151756-pl.html>. Acesso em 02 setembro de 2018.



X FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA



BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, 20 dez. 1996.*

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

Versão atualizada, Brasília, DF: INEP. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 de set. 2018.

BRASIL. *Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. *Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, MEC, 2008. Disponível em:

<http://portaldomec.gov.br/_seesp/arquivos_/pdf/politica.pdf>. Acesso em 23 de set. 2018.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Orgs). *Tornar a educação inclusiva*. Brasília: UNESCO, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. O Atendimento educacional especializado na educação inclusiva. *Revista da Educação Especial*. Ano 2010, n. 1, p.13-14, jan/jul, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2013. (Coleção cotidiano escolar)

NAPNE. <http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/nucleo-de-inclusao>. Acesso em 20 de março de 2018.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1>. Acesso em 21 de set. 2018.

POKER, Rosimar Bortolini et al. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

VIEIRA, Francileide Batista de Almeida; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. *Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva*. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 19, n. 2, p. 225-242, junho, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de set. 2018.